

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 18315/2020

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de SORO, para atender as necessidades da rede municipal de saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições de Compras acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requiridentes: Subsecretaria de Atenção Básica;  
Programa Melhor em Casa;  
Programa de Saúde Bucal;  
Estratégia de Saúde da Família;  
Hospital Municipal Raul Sertã;  
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

COTA EXCLUSIVA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE.
1	Água destilada de 500 ml., estéril e apirogênica. Sistema fechado.	FRASCO	11.750
2	Água para injeção de 1000 ml, estéril e apirogênica. Sistema fechado.	FRASCO	420

3	Glicose sol. Inj. 5%, 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	12.480
4	Glicose sol. Inj. 10%, 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	4.320
5	Manitol sol. Inj. 20%, 200 mg/ml, 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	4.836

COTA PRINCIPAL			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE.
6	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	96.624
8	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	41.017
10	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	79.040
12	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 1000 ml. Sistema fechado.	FRASCO	9.000
14	Glicose sol. Inj. 5%, 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	29.250
16	Glicose sol. Inj. 5%, 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	20.736
18	Ringer lactato sol. Inj. , 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	70.272

COTA RESERVADA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE.
7	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	24.156
9	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	13.673
11	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	13.948

13	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 1000 ml. Sistema fechado.	FRASCO	3.000
15	Glicose sol. Inj. 5%, 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	9.750
17	Glicose sol. Inj. 5%, 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	6.912
19	Ringer lactato sol. Inj. , 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	17.568

\* Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	HMRS	HMNF	SAB	PROG. MELHOR EM CASA	SAÚDE BUCAL	ESF	TOTAL
1	Água destilada de 500 ml., estéril e apirogênica. Sistema fechado.	FRASCO	8.640		900		500	1.710	11.750
2	Água para injeção de 1000 ml, estéril e apirogênica. Sistema fechado.	FRASCO		420					420
3	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	117.000	3.600		180			120.780
4	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	46.800		3300	180		4.410	54.690
5	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	78.000	5.760	5280	288		3660	92.988
6	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 1000 ml. Sistema fechado.	FRASCO	12.000						12.000
7	Glicose sol. Inj. 5%, 100 ml. Sistema fechado.	FRASCO	39.000						39.000

8	Glicose sol. Inj. 5%, 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	12.480						12.480
9	Glicose sol. Inj. 5%, 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	21.600	5.760		288			27.648
10	Glicose sol. Inj. 10%, 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	3.600	720					4.320
11	Ringer lactato sol. Inj. , 500 ml. Sistema fechado.	FRASCO	80.640	7.200					87.840
12	Manitol sol. Inj. 20%, 200mg/ml, 250 ml. Sistema fechado.	FRASCO	4.800	36					4.836

2.2. O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseados nas Requisições de Compras e justificativas acostadas aos autos pelas Unidades Requisitantes.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. O presente Projeto Básico tem por objetivo a aquisição, sob demanda, de soro para suprir as necessidades da rede municipal de saúde de Nova Friburgo.

3.3. A presente aquisição possui o fito de contribuir com o devido abastecimento das Unidades de Saúde, contribuindo para o fornecimento de condições mínimas necessárias para o bom e regular funcionamento das Unidades e Dispositivos de Saúde. Trata-se de aquisição de um insumo essencial e imprescindível à rotina das Unidades Hospitalares e demais Dispositivos.

3.4. O quantitativo dos insumos, sua provável utilização bem como suas respectivas divisões foram indicados e devidamente justificados pelas Unidades Requisitantes através dos documentos requisitórios acostados aos autos, as quais se responsabilizam

por todas as informações, especificações técnicas bem como os quantitativos apresentados no presente Projeto Básico.

3.5.A presente aquisição visa suprir a demanda do Município pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo sistema de registro de preços.

#### 4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1.A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

\* ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Avenida Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.623-000; Horários: 09h:00min às 16h:00min;

#### 5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.Os insumos deverão ser entregues conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2.O prazo de validade dos insumos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

5.3.A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.3.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.3.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.3.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com

este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.10;

8.1.2. Fonte de recurso - 007 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

- 8.2.1. Subsecretaria de Atenção Básica - 30001.10.301.0087.2.316;
- 8.2.2. Programa Melhor em Casa – 30001.10.302.0087.2.325;
- 8.2.3. Programa de Saúde Bucal – 30001.10.301.0087.2.322;
- 8.2.4. Estratégia de Saúde em Família – 30001.10.301.0087.2.318;
- 8.2.5. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0070.2.188;
- 8.2.6. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0070.2.189;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## 9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. As Condições de Participação são aquelas previstas no item 06 edital, independente de transcrição.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas no subitem 10.1 (1 - 6).

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do presente;

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter, durante toda o cumprimento da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

#### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### 15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

#### 16. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, o qual competirá dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução da presente obrigação, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	DESIGNAÇÃO
ÂNGELA MARIA SARDOU	FISCAL
FERNANDA NEVES DA VEIGA PACHECO	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	GESTORA SUBSTITUTA

- 16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da presente contratação.
- 16.5. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 17.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 17.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
  - 17.1.3. apresentar documentação falsa;
  - 17.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 17.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 17.1.6. não manter a proposta;
  - 17.1.7. cometer fraude fiscal;
  - 17.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio



entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

17.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



17.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão:

18.2.1. Atraso injustificado na entrega do objeto;

18.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde;



18.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco  
Gestão de Processos e Contratos - SMS  
OAB/RJ 206.559

Ratifico o teor do presente Termo de Referência nos termos da lei Federal Nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137